

## **A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (EFA): POR UM COMPROMISSO COM A HEGEMONIA DO MOVIMENTO POPULAR CAMPONÊS**

**Nelbi Alves da Cruz**

Doutorando em Educação/PPGE/IE/UFMT

[nelbialves@yahoo.com.br](mailto:nelbialves@yahoo.com.br)

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Artemis Augusta Mota Torres– PPGE/ IE/UFMT

aaortres@ufmt.br

**Temática: Educação e Movimentos Populares**

### **RESUMO**

O artigo reflete sobre o compromisso da Escola Família Agrícola com a formação de jovens camponeses e suas famílias visando um novo modelo social de vida. Para isso será utilizado como instrumentos de análise a construção e funcionamento das normas de grupo e organização do ambiente educativo pelos estudantes da EFA Ezequiel Ramim, por compreender que os referidos instrumentos têm condições de contribuir na construção de um projeto hegemônico popular das famílias camponesas. Esta escola foi criada em 1989, no município de Cacoal, Estado de Rondônia- Brasil, com a finalidade de promover uma educação baseada na pedagogia da alternância (PA), cuja matriz inicial ocorreu na França, por volta de 1935, para promover a autonomia dos jovens estudantes a partir do desenvolvimento local. O referido artigo tem por base de aprofundamento teórico o conceito de hegemonia desenvolvido por Antônio Gramsci, além de ter o trabalho como princípio formativo do ser humano. Também este é resultado de um projeto de pesquisa e extensão iniciado em 2009, nesta EFA, tendo sido, no corrente ano, estendido à mais outras duas. Como metodologia, optou-se por uma pesquisa-ação colaborativa, tendo como instrumentos de coleta de informações a observação participante, entrevista e 12 encontros de formação realizados com os monitores, membros da associação, pais e estudantes. Especificamente, nos referimos a esses últimos, os estudantes, por estarem sendo aqui focados, e com eles foram feitos encontros objetivando conhecer: seu histórico na escola, os vícios na organização do trabalho cotidiano, as normas de grupo, a organização do ambiente educativo e a estruturação/funcionamento da associação estudantil. Nesse percurso já desenvolvido, constatou-se que: a construção das normas de grupo e a realização das tarefas de organização do ambiente contribuem na formação de atitudes e valores coletivos e isso tem ajudado os estudantes a identificarem o seu o papel de camponês no processo de mudança social com sentimento de pertença; o exercício pedagógico da associação dos estudantes dentro da EFA os colocam na condição de continuarem, após a conclusão do curso, em luta pelo/com o movimento camponês; há uma compreensão deficitária da metodologia da alternância no que se refere aos seus princípios, instrumentos e fundamentação teórica por parte dos monitores; a rotatividade de monitores é um dos fatores centrais no desenvolvimento da prática educativa da PA; o protagonismo e a autonomia dos estudantes podem ficar comprometidos, na medida que os instrumentos não estão tendo condições de serem aplicados de acordo com os fundamentos da PA; a disciplina e auto-disciplina intelectual necessita ser exercitada pelos estudantes e monitores; e, as tarefas e normas de grupo contribuem significativamente para compreender o projeto popular hegemônico dos camponeses. Portanto, embora a EFA promova a formação de técnicos em agropecuária, comprometidos, em sua grande

maioria, com a causa dos camponeses necessita-se do apoio dos movimentos sociais do campo - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros -, para assim completarem o ciclo de formação já iniciado na EFA, ou seja, necessita-se de vivência na luta por mudanças estruturais sócio-econômicas e políticas, juntamente com esses movimentos, pois nesses anos de existência das EFAs brasileiras ficou evidente que aqueles estudantes engajados socialmente são mais comunicativos, críticos e conscientes de se praticar uma agricultura com sustentabilidade. Também, em muitos casos, eles tornaram-se dirigentes das massas nos acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais, bem como coordenadores de comunidades, presidentes de associações/sindicatos, membros e coordenação do movimento de mulheres, quilombolas, indígenas; e, outros ainda, fazem a diferença nos projetos alternativos que criaram junto com suas famílias.

Palavras Chave: Hegemonia. Camponeses. Alternância.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho é o único elemento capaz de produzir riqueza e como tal faz e refaz os seres humanos promovendo sua inserção como sujeitos sociais. Isso torna o trabalho como um dos fatores primordiais a ser considerado na elaboração de qualquer proposta pedagógica, em específico, aquela que se diga orientada filosoficamente por princípio dos movimentos sociais populares, que no nosso caso é o camponês.

O artigo em questão resultou de um projeto de pesquisa e extensão “Pedagogia da Alternância: sistematizando os instrumentos pedagógicos da EFA Ezequiel Ramim, Cacoal- RO, iniciado em 2009 e ainda está em curso. Metodologicamente está-se trabalhando com uma pesquisa-ação do tipo colaborativa, tendo como instrumentos de coleta de informações a observação participante, entrevistas e encontros de formação com monitores, membros da associação, pais e estudantes. Especificamente, analisar-se-á os encontros feitos com estudantes, juntamente com os dois monitores que orientam essas turmas, em que foram discutidos os vícios ideológicos da organização do trabalho, a organização do ambiente educativa e a vida associativa desses sujeitos, tendo como referência as ações desenvolvidas pelo professor Clodomir Santos de Moraes, junto aos movimentos de camponeses por todo o mundo.

Os resultados parciais indicaram que a fase em termos de organicidade dos estudantes se caracteriza por apresentarem pontos frágeis no que se refere ao associativismo e solidariedade, havendo algumas situações que os evidenciam no cotidiano vivencial do tempo escola dos envolvidos. Porém, os vícios ideológicos

apresentados como o individualismo, o personalismo, a auto-suficiência, o aventureismo, comodismo, imobilismo, dentre outros, dificultam o desenvolvimento mais acentuado da vida de grupo de forma que caminhe de fato na direção em construir a hegemonia da classe popular camponesa, considerada por nós como subalterna.

A condição da classe camponesa como fazendo parte dessa subalternidade está sincronizada com a história da humanidade, que representa as origens e evolução da relação entre os seres humanos com a natureza. Nesse processo de evolução histórica são feitas inúmeras descobertas e, dentre elas a agricultura e a pecuária, que deu aos humanos a condição de viverem no sedentarismo, fato que até então não era possível, considerando que ao abrigar-se em determinada área os alimentos iam se esgotando e com isso os forçavam a buscarem em outras regiões com abundância em frutas, caças e pesca. De lá para cá houve inúmeras e grandiosas mudanças, principalmente a partir do surgimento da propriedade privada, como marca central do capitalismo e das descobertas científicas, que de sobremaneira influenciaram na constituição e identidade dos camponeses na atualidade. Segundo Carvalho (2005, p. 163),

O camponês devido a sua longa história, devido a sedimentação de suas formas de vida e trabalho, devido ao desenvolvimento de sua língua ou dialeto, às vezes, a religião, língua ou dialeto, frequentemente tradições históricas, fações, etc., o campesinato tem um patrimônio cultural e uma forma de organizar a produção e a reprodução, a distribuição do produto do trabalho que podem ser sugestões sobre a maneira pela qual a sociedade no futuro poderia se organizar.

Na realidade, pelo que se salienta, o movimento social dos camponeses parece não se proporem à conquista do poder estatal, à organização da sociedade nacional, à hegemonia camponesa. Essas, talvez sejam as tarefas do partido, pode ser a tarefa da classe operária associada com outras categorias sociais, inclusive o camponês. Porém isso não elimina nem reduz o significado revolucionário de muitas lutas que esse movimento camponês realiza (CARVALHO, 2005, p. 163). Comprovadamente, isso está demonstrado nas ocupações de terra, prédios e órgãos públicos, fechamento de rodovias federais e, principalmente obstaculando a expansão capitalista, na medida que produzem mais para o sustento familiar; lutam contra o latifundiários, as agroindústrias e ao pacote tecnológico do agronegócio; e, reorganizam o jeito de lidar com a terra para que esta seja respeitada como algo vivo e importante para outras gerações. Sendo assim, o trabalho do camponês está caracterizado como sendo aquele que busca para garantir continuamente a reprodução social da família, seja ela singular ou ampliada e a posse

sobre os recursos da natureza, principalmente a terra. Segundo Costa (2004) apud Carvalho (2005, p. 170) a família camponesa é entendida como aquela que

Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativista, agrícola e não agrícola- desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação

Dessa forma, enquanto categoria social o campesinato não poderá ser compreendida como capitalista, mesmo que inserida na economia capitalista. Nesse contexto há grande diversidade, pois estão presente no espaço-tempo rural: os povos das florestas, os agroextrativistas; os ribeirinhos; os pescadores tradicionais lavradores; os catadores de caranguejos e lavradores; os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu; os açaizeiros; os parceiros; os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão, desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos de fronteira; os bóias frias; os assentados da reforma agrária; e, tantas outras categorias.

No entanto, a construção da hegemonia da classe camponesa pode está muito distante devido não termos apreendido a dinâmica dessa diversidade, sem contar com um alto grau de analfabetismo, poucas condições financeiras e mesmo disposição dos camponeses. No entanto, embora a hegemonia burguesa esteja consolidada por meio de todo aparato existente, Gramsci (1975) alertava que a hegemonia deve ser construída pelas classes populares, pois “ não é instrumento de governo de grupos dominantes que procuram o consenso e impõe a hegemonia sobre as classes subalternas.

Nessa diretiva, as Escolas Famílias Agrícolas Brasileiras, com a metodologia da pedagogia da alternância<sup>1</sup>, nasceram no final da década de 1960, período mais duro da ditadura militar, mas enquanto projeto desejava construir essa hegemonia popular camponesa e para isso realizou ações com os camponeses/agricultores e suas famílias a fim de construir conjuntamente sua autonomia e ir tecendo a sociedade que lhes era utópica. Nessa *práxis* da EFA se utiliza de vários instrumentos didáticos- pedagógicos como o Plano de estudo, a visita às famílias, caderno da alternância, caderno da realidade, a propriedade agrícola, o internato, as aulas, a vida de grupo, a associação de

---

<sup>1</sup> Para maiores conhecimento sobre a Pedagogia da Alternância ver. Paollo Nosella, João Batista Queiroz, Jean Claude Gimonet, Sérgio Zamberlam, Flávio Moreira, MEPES, UNEFAB.

estudantes, o “trabalho prático” na área de terra da escola, as normas de convivência em grupo, a tarefas de organização do ambiente educativo, dentre outros, que em nosso caso, tomaremos apenas como objeto de análise esses dois últimos.

Como todo ser humano os jovens estão submetidos ao trabalho em sua vida cotidiana e dessa maneira, a PA praticada na EFA, enquanto metodologia precisa proporcionar a conjugação da formação do jovem no *espaçotempo* familiar profissional e o do Centro educativo ou sede escolar. Quanto ao tempo de cada formação, em termos brasileiros, varia geralmente de uma semana ou duas, conforme as orientações de cada lugar em que está localizada a EFA, bem como da evolução adquirida pelos envolvidos. Vale reafirmar que essa experiência educativa iniciou-se na França, em 1935, com quatro agricultores, com o apoio de um pároco, a fim de atender a necessidade de estudo desses sujeitos, sendo que a experiência difundiu-se para o mundo a partir da década de 1960. No Brasil, sua origem é conhecida como sendo no Espírito Santo, em 1969. No caso de Rondônia, a primeira experiência só foi concretizada em 1989, no município de Cacoal, com a criação da hoje conhecida EFA Padre Ezequiel Ramim.

Embora, cada EFA tenha princípios e objetivos comuns a todas as outras 263 existentes no País (UNEFAB, 2009), na sua concretude existem especificidades que lhes são peculiares, pois depende das pessoas que estão construindo a efetivação da experiência educativa, principalmente da formação sócio-política e técnica dos monitores, bem como o nível de consciência dos estudantes e a relação estabelecida por essa instituição educativa com os movimentos sociais de sua localidade.

### **HEGEMONIA: COMPREENDENDO SUA SIGNIFICÂNCIA E CONTRUÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO DAS NORMAS E O AMBIENTE DA EFA**

Hegemonia desde, suas origens até nossos dias segundo Jesus (1985, p. 31)

Implica poder-direção ou dominação-consenso. Assim é que aparecem, permanecem e se estratificam esses dois elementos encontrados desde o início, diversificados em vários outros sinônimos. Dominar é igualmente governar, ser chefe, mandar. Por outro lado, dirigir equivale a guiar, ser líder. É porém, na união destes dois elementos que se deverá buscar um conceito pleno para hegemonia.

Sameraro (2006), fazendo referência à Gramsci no caderno do cárcere nº 11 afirma que o conceito de Hegemonia está ligado à manifestação implícita da necessidade histórica atribuída à classe proletária de se tornar dominante e dirigente.

Dominar sem violência, mas com consenso, nos campos político, cultural, moral e até lingüístico. Gramsci defendia que a classe dirigente “não gozaria de nenhum prestígio intelectual e moral, ou seja, seria capaz de exercitar uma hegemonia e, portanto, de fundar um “Estado”.

A hegemonia se é capacidade de direção cultural ou ideológica de uma classe sobre o conjunto da sociedade, é também uma relação de dominação entre dirigentes e dirigidos, responsável pela formação de um grupo orgânico e coeso em torno de princípios e necessidades defendidos pela classe dominante. Não existe em Gramsci uma relação hegemônica caracterizada ora por ser dominação, ora por ser direção e consenso, mas, sim, por estes dois elementos, como pólos da relação, coexistindo dialeticamente. Neste sentido, deve-se sempre entender a dialética como processo que visa não apenas conhecer e interpretar o real, mas também transformá-lo em função da história da luta de classes. Assim, se toda relação pedagógica é hegemônica, então a educação só tem sentido integrada ao processo de transformação da sociedade, presente à totalidade histórica e cooperando no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos ao processo hegemônico (JESUS, 1985, p. 18)

Dessa forma, construir a hegemonia implica compreender a educação como parte integrante e constituinte do processo de evolução histórica dos sujeitos que fazem parte dela. Ela, então, tratada nessa dialeticidade proposta por Gramsci, aglutinando e sistematizando os interesses e necessidades das classes populares, como meio de elevação intelectual e moral, tornar-se-á em um projeto social transformador unificado com outros grupos e pessoas obstinadas a fazer paulativamente acontecer um novo modelo de sociedade, sob a dirigência popular.

A educação, nessa medida ligada intrinsecamente ao conceito de hegemonia, não existindo com isso uma educação neutra no sentido de ser desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe. Segundo Jesus (1985) o papel que a educação desempenha tanto na “hegemonia”, como na contra-hegemonia, visa as relações sociais, que incluem o ser humano, cujo objetivo é modificar ou manter uma estrutura social. A questão é então em favor de quem é exercida essa educação está sendo exercida. O que não é de se espantar pois a classe dominante, como parte de seu projeto, incluiu a educação (mínima) às classes trabalhadoras. Portanto, a educação, enquanto reprodutora da ideologia dominante, dissimulando as contradições, contribui muito para a manutenção do *status quo* social do modelo vigente.

Nesse caso, a estratégia educacional proposta por Gramsci está ligado à na criação da contra-hegemonia através dos agentes e instituições educacionais comuns a todas as classes, até mesmo da própria “educação condicionante” usada pela classe estabelecida para se manter no poder (Op. cit p. 44). No entanto, para a classe proletária,

esta mesma educação conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social. Conforme Gramsci, qualquer educação, em qualquer nível, deverá visar atingir o ser humano nesta dimensão política, isto é, social ou hegemônica, atribuindo-lhe um caráter que não depende deste ou daquele educador, deste ou daquele modo de produção, mas insere-se organicamente a sua própria natureza e objetivos. Neste sentido acreditamos que a educação que não conseguir ou não quiser estabelecer esta relação hegemônica não é educação. (Op. cit. p. 45).

A educação que se propõe contra-hegemônica se caracterizará pela luta por uma nova concepção de mundo, pela contraposição ao poder estabelecido e pela dicotomia saber/trabalho. Esta educação se opõe a estrutura capitalista de relações sociais, isto é, a divisão de classes, possibilitando a apropriação coletiva do saber que se compromete com os interesses básicos da classe dominada (Op. cit. p. 45). De acordo com Gramsci esta educação deve superar o senso comum, ou seja, “tirar as massas da passividade e pode ser assumida por uma outra hegemonia que organize, dê coerência e critique os elementos contidos nesse senso comum e seja capaz de elaborar uma outra homogeneidade filosófica explícita (JESUS, 1985, p. 45).

Nesta perspectiva Gramsci defende a escola unitária para dar conta de fazer essa educação contra-hegemônica, que não separa educação/trabalho e combate constantemente o senso comum, mas o utilizando como forma de elevar culturalmente as massas, e fazendo dessa forma a filosofia da práxis, pela elaboração do bom senso, que pode possibilitar a mudança da maneira de pensar e de sentir do maior número de indivíduos, provocando sua adesão à luta histórica pelo estabelecimento de uma nova hegemonia.

Segundo Gramsci somente o intelectual orgânico é capaz de realizar a filosofia da práxis, pois esse dá conta em estabelecer a relação recíproca e interligada entre teoria e prática. No que se refere ao campo educativo, significa que este é capaz de orientar os estudantes, ler e interpretar a realidade educacional intra e extra-muro, serem criativos, autônomos e este seria fruto da escola unitária elementar, cuja características básicas são:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural do trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda a magia ou

bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1979, p.130-131).

Nessa escola, de acordo com esse autor, o professor precisa estar consciente, dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa que consiste em acelerar e em disciplinar a formação do estudante conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior. Essa é uma condição *sine qua non* para garantia de uma educação “verdadeira” que não fica somente na retórica. Isso exige dos mestres maior corporeidade material do certo, ou seja, o *pensar certo*. Gramsci nos alerta que na realidade um professor medíocre pode conseguir que seus alunos tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos. Esse *pensar certo*, poderá está associado à construção desse sujeito culto e autônomo.

Dessa forma, esses jovens estudantes da EFA, ao se matricularem no 1º ano de estudo, trazem consigo um fator próprio de atitudes, motivações, comportamento, expressões, jeitos e trejeitos de relacionar-se com os outros e estão impregnados do senso comum tão imperativo no povo e, que de certa maneira estão condicionados pelo pensamento hegemônico dominante. Então, a partir desse momento, a EFA dispõe de vários instrumentos da PA para orientá-lo. Primeiramente, é feito um estudo sobre o significado da vida coletiva e o papel da disciplina e auto-disciplina no contexto da escola e da vida social. Daí em diante passam à construção coletiva das normas de convivência em grupo, por meio de uma assembléia dos estudantes, sob a orientação dos monitores, tendo como princípio o respeito às decisões coletivas, compromisso com o outro e valorização das diferenças.

Na feitura dessas normas são considerados a convivência, relacionamento dos membros dentro do grupo, os horários, as funções e tarefas dos indivíduos, lazer e desporto. O processo de construção dessas normas é feito de maneira que cada indivíduo, juntamente com os outros membros, constroem, discutem e aprovelem em pequenos grupos os itens daquela temática. Desse pequeno grupo é eleito um coordenador e um relator, responsável pela exposição na assembléia geral, sendo que nesse debate são feitas correções, acréscimos e suas aprovações. Após essas etapas, as normas aprovadas são digitalizadas e expostas em local de grande circulação no Centro Educativo, que geralmente ficam no mural do refeitório, dormitórios e nas salas de aula,

para serem lembradas e vistas constantemente, sendo de responsabilidade coletiva o seu cumprimento. Ressalta-se que o funcionamento das normas são feitas quatro avaliações de habilidades e convivência durante o ano letivo e nos finais de sessão (sexta feira final de expediente), além de cobranças diárias feitas pela coordenação do grupo de estudantes.

Dentro desse conjunto de normas está a divisão de tarefas para a organização do ambiente do Centro Educativo, cujo princípio angular diz respeito ao trabalho do outro e o cuidado com o que é de todos. Dessa maneira, o fato de trabalhar coletivamente de forma sistematizada, este jovem apreende-se a conservar a mobília, os equipamentos, os talheres, enfim a cuidar do ambiente educativo e, por conseguinte a valorizar ação de seu “companheiro”. Nesse sentido, os estudantes ao cuidarem e organizarem esse espaço-tempo o transforma e é transformado.

As tarefas me educam para aprender a me virar na vida; Aprendo a dar valor ao serviço do meu colega na escola; Quando tiver minha família eu posso ajudar e educar meus filhos; As tarefas todos os dias ajudam a ter um ambiente, limpo, bom e saudável pra gente estudar (ASSEMBLÉIA DOS ESTUDANTES, fev. 2010).

Nesse percurso formativo existem tarefas rejeitadas por todo o grupo, mas como a divisão tem como critério o rodízio de todos por todas elas, há uma compreensão do grupo. Uma dessas diz respeito à coordenação da sessão<sup>2</sup>, cuja função é acompanhar as tarefas, supervisioná-las e realizar as orientações necessárias ao seu funcionamento. Além disso, este se responsabiliza por acordar os colegas, receber as orientações do monitor responsável do dia, verificar a organização dos materiais utilizados, manter a disciplina e ajudar o grupo a corrigir comportamentos que atrapalham a convivência.

Outras duas tarefas que possuem certa rejeição são a cozinha e o refeitório, cujas funções/atividades são lavar panelas, enxugar pratos e talheres e organizá-los nos seus devidos lugares; colocar e retirar a comida e organizar o espaço, limpá-lo, servir principalmente a carne, controlar as “sobras”, orientar a organização dos pratos e talheres após as refeições, respectivamente. Logo, como a atividade de coordenação essas duas equipes estão constantemente ocupadas com os afazeres e segundo eles “não tem tempo para nada”. Assim, em termos educativos as tarefas representam uma nova forma de expressar a solidariedade e compromisso coletivo, ao mesmo tempo que se reflete sobre a conservação das estradas e dos bens públicos, tomando postura crítica da

---

<sup>2</sup> Período de uma ou duas semanas que os estudantes permanecem no internato escolar estudando e participando de todas as outras atividades inerentes da EFA.

realidade antes encontrada por eles. Portanto, pelos exemplos já vistos desde a criação dessa EFA houve um avanço no envolvimento dos egressos nas organizações sociais comprometidas com a luta em favor dos subalternos do campo.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A educação na EFA se propõe ser uma ferramenta conduzida pelas famílias camponesas, pois trabalha a partir do senso comum dos adultos camponeses, por meio do levantamento desse universo e o aprofundando para os conhecimentos intelectuais e morais contra-hegemônicos. Outro aspecto diz respeito a considerar o trabalho como principal elemento educativo, por isso não separa educação-trabalho, conforme demonstrado pela realização das tarefas e a construção das normas. Outro fator relevante é a inserção da EFA nas questões da vida individual e coletiva dos camponeses, por meio de instrumentos que os possibilita assumir novas posições políticas frente aos problemas do uso e posse da terra, a utilização de insumos, ferramentas e máquinas agrícolas, bem como o envolvimento em órgãos que defendem e tentam fazer um projeto hegemônica para/das classes subalternas do campo. Portanto, o desafio da contra-hegemonia está posto tanto no interior da EFA como em outros movimentos sociais populares do campo, cabendo a ambos o aprofundamento das contradições do sistema capitalista, fazendo ações alternativas constantes a curto, médio e longo prazos.

### **REFERÊNCIAS**

- CARVALHO, Horácio Martins. **O Campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 3.ed Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Quaderni del cárcere**. Einaudi: Torino: 1975, 4 v.
- JESUS, Antonio Tavares de. **A educação como hegemonia no pensamento de Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Filosofia e história da Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP, 1985. Disponível em <http://cutter.unicamp.br/document>. Acesso em 24/10/2010.
- SEMERARO, Giovanni. Libertação e hegemonia: chaves de filosofia política na educação brasileira. (IN): TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni; PASSOS Luiz Augusto. **Educação, fronteira política** (Org.) Cuiabá: EdUFMT, 2006.p.19- 36.
- União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil. Brasília, UNEFAB, 2009.